



A POLÍTICA DO PODER NA HISTÓRIA DO ATLÂNTICO SUL*

Maria Cecília Aguirre

A redação da nova ADN estabeleceu intercâmbio com a revista argentina Armas y Geoestratégia para a transcrição de artigos de interesse recíproco, estimulando, assim, a cultura militar dos dois países, Brasil e Argentina. O artigo que se segue contém, na interpretação da Professora Maria Cecília Aguirre, uma excelente síntese sobre a História desta área estratégica de tanta importância.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por finalidade não somente investigar a história do Atlântico Sul partindo de uma óptica restrita e limitada, como também pretende uma compreensão maior, incorporando ao traçado de sua problemática os dados provenientes do estudo das Relações Internacionais e da Geopolítica. A visão sob a óptica das Relações Internacionais nos permitirá

averguar as ramificações que o fato histórico encerra em si mesmo, dada a interdependência da comunidade internacional, posto que não podemos esquecer que as relações internacionais são produto da política internacional, tecida pelas potências maiores. A Geopolítica nos permitirá compreender as situações de conflito, se levarmos em conta os mecanismos a que recorre um Estado para sobreviver e/ou projetar-se fora dos seus limites territoriais, políticos, ideológicos ou econômicos.

*Traduzido de revista *Armas y Geoestratégia*, vol. 3, nº 10, julho de 1986.

Recorremos a estas ciências porque, em primeiro lugar, a História, nos permite conhecer a identidade do objeto em estudo, as Relações e a Política Internacional, os atores e interesses que modificam a História. Por fim, a Geopolítica, que nos ajuda a descobrir as razões que convertem um espaço geográfico em um espaço de tensão e nos permite seguir o movimento da História com uma visão política.

O objeto em estudo, o Atlântico Sul, dadas as suas características geográficas não cria história, mas a recebe dos Estados costeiros e, como estes também recebem história, em maior ou menor medida, dependem das circunstâncias da Política Internacional.

Por razões de ordem dividimos a história do Atlântico Sul em dois períodos, separados pelo ano de 1973 ou, melhor dito, pela crise desencadeada pela OPEP, por ocasião do embargo do petróleo.

Tomamos o ano de 1973 como demarcatório, em face do papel que cabe ao Atlântico Sul em cada um dos períodos. O primeiro abrange desde a expansão europeia do século XV até a crise energética do presente século. Neste período o Atlântico Sul não ocupava um papel preponderante, porque a atenção dos atores internacionais centrava-se na zona hoje reconhecida como Atlântico Norte, onde se concentram os interesses econômicos, políticos e

estratégicos, de certa maneira determinados pelo tráfico triangular de matérias-primas e produtos manufaturados.

Em linhas gerais, esta situação manteve-se até boa parte do século atual. A crise desencadeada pela OPEP foi acompanhada de outros fatores, como a independência dos países africanos, a decadência dos Estados americanos, a desestabilização da ordem internacional, a organização dos países não industrializados no chamado Terceiro Mundo, as reformas na ordem econômica (Norte-Sul). Estes fatores estenderam as zonas de conflito, incluindo, deste modo, o Atlântico Sul, situação que foi crescendo à medida que nos aproximamos da década de 1980 e, sobretudo, de 1982, ocasião da Guerra das Malvinas, porque revela a renovação dos parâmetros da guerra fria.

Esta última situação relaciona-se com a "política dos estreitos", já que importantes passagens interoceânicas encontram-se neste oceano. Esta variável geopolítica, unida à política internacional, tem sido a causa da falta de unidade histórica do Atlântico Sul. A passagem interoceânica do Cabo da Boa Esperança esteve presente nos objetivos geopolíticos das grandes potências desde o momento de seu descobrimento (1488). Não acontece o mesmo com a passagem interoceânica que une o Atlântico ao Pacífico: o Estreito de Magalhães. Este fato não se deduz de uma análise his-

tórica, mas do enfoque da política internacional e da geopolítica.

Talvez este trabalho, dado o grande período histórico que abrange, pareça breve, mas o é intencionalmente.

Em primeiro lugar evitamos as variáveis históricas de conhecimentos gerais. Além disso, pretendemos destacar um fator da política internacional: o *poder*, compreendendo que é o primeiro objetivo dos Estados, porém destacando também que o poder é fim e meio e que, por outro lado, para que seja efetivo, deve concretizar-se através da Política, da Economia e da Estratégia. Analisamos, por isso, as fontes que alimentam o poder e a orientação do mesmo.

O fio condutor da presente investigação foi o comportamento da Comunidade Internacional, de acordo com Morton Kaplan, para quem esta evolui de um multipolarismo para um bipolarismo, para voltar a um incipiente multipolarismo. Estas características da ordem internacional não correspondem aos períodos históricos em que dividimos a história do Atlântico Sul, já que ambos se dão nas duas etapas assinaladas.

A metodologia aplicada na elaboração do presente trabalho é a "sistêmica". Consideramos que ela nos permite:

- Manter a identidade do objeto a estudar, quer dizer, o fato histórico.
- Analizar a inter-relação de variáveis de diferentes índoles: política, econômica, social e

estratégica. Para isso, levaremos em conta que a realidade histórica está regulada pelo processo de retroalimentação do próprio sistema, do super-sistema e dos subsistemas.

c) Empregar um enfoque dinâmico para captar os padrões de comportamento em sua total dimensão de tempo e espaço. Isto consiste em estudar o fato histórico na problemática da Política e das Relações Internacionais, considerando o sistema internacional "como o conjunto de padrões de interação entre os atores, quer estabeleçam relações de poder conflitivas ou não, segundo a compatibilidade de interesses, para alcançar seus objetivos".

Além de considerar os tipos de Ordem Internacional assinalados por Kaplan, examinamos os atores, que podem ser organismos ou atores individuais (atores-Estados). Estes atores, segundo sua influência, serão dominantes ou unidades agregadas.

Na presente investigação estudamos apenas os atores-Estados.

A conveniência de realizar a análise sistemática permitiu-nos estudar o desenvolvimento das políticas exteriores dos atores-Estados, identificar as variáveis relevantes da Política Internacional e a compreensão do comportamento da Comunidade Internacional, que pode modificar-se em situações de conflito, cooperação ou indiferença.

O ATLÂNTICO SUL E A EXPANSÃO EUROPEIA

A história do Atlântico Sul se confunde, desde seu início, com a história da expansão europeia, isto é, começa com a conquista e colonização espanhola, por um lado, e a conquista portuguesa, por outro. Para compreender o papel desempenhado pela empresa expansionista, devemos levar em conta as motivações da Comunidade Internacional, sem descuidar dos eixos geopolíticos que guiaram os povos, ou seja, o continentalismo ou o apelo oceânico.

A Comunidade Internacional correspondente aos séculos XVI e XVII – as primeiras luzes depois da Idade Média – era constituída por unidades nacionais com poder mais ou menos equivalente, já que os atuais Estados europeus entraram na etapa de organização nacional quase que simultaneamente.

A organização nacional partiu da união dos reinos ou feudos, com a concentração do poder político-econômico-militar em um só monarca, originando o nacionalismo.

O sentimento nacional trouxe consigo o que poderíamos chamar de "egoísmo", de um olhar para dentro. Em termos políticos significa subordinar a política exterior à interna e, em economia, um profundo desejo de autoabastecer-se.

No plano das relações internacionais, este sentimento nacional traduziu-se em disputa para controlar o panorama europeu; para isso é preciso ter *prestígio*,

que derivava diretamente do valor.

Esclareçamos o que se entendia por *valor*. De início, recordemos que se tratavam de monarquias absolutas, onde o prestígio do reino dependia do prestígio do monarca. Não sobressaía sobre seus pares o rei que melhor administrasse, mas o que mostrasse mais valor, medido por feitos extraordinários (vestígios da Idade Média). Por isso a política dos reinos dos séculos XVI e XVII esteve marcada pela busca de grandes feitos, no afã da busca de prestígio e, desta maneira, de controlar as relações interestaduais.

O prestígio atuava como um bumerangue do rei para a Nação, para logo voltar ao rei. Por outro lado, este prestígio tinha uma dupla função, permitindo que a administração dos reinos, feudos ou domínios fosse conferida a uma só pessoa, passo vital para a unificação nacional. O consenso interno permitia realizar grandes empresas que traziam prestígio internacional. E este prestígio, também moral, materializava-se em poder político-militar.

O nacionalismo, o espírito de competição, de um modo geral, e em particular na Espanha, criaram o momento propício para a empresa expansionista.

"Um grave mal-estar econômico atormenta o Ocidente nos fins do século XV. O desenvolvimento do comércio, favorecido pela calma relativa que reina entre as nações desde o fim da Guerra dos Cem Anos, choca-se

agora com uma penúria crescente do metal precioso. Os recursos minerais da Europa mostram-se insuficientes: a demanda ultrapassa a oferta. Na Alemanha, país rico em minérios por excelência, jazidas abandonadas desde a época de Roma são novamente exploradas...¹

A situação da Espanha não era melhor, a escassez de metais viu-se agravada pela insuficiência de produtos alimentícios. "É necessário recorrer ao trigo da Sicília e, em alguns casos, consumir-se também o excedente da produção francesa."²

Muito foi dito sobre a interrupção do tráfico das especiarias com o Oriente, embora, em realidade, os fatores mais irritantes fossem o controle marítimo do Mediterrâneo e o monopólio comercial, absorvido pelos turcos desde a conquista de Constantinopla.

Entre os novos Estados europeus, a Península Ibérica reunia as condições para iniciar a aventura marítima, graças à experiência náutica desenvolvida no Mar Cantábrico e no Mediterrâneo.

A marinha castelhana manteve desde o século XV um frutífero comércio com Flandres, Nantes e a Inglaterra, enquanto a marinha andaluza freqüentava o Mediterrâneo e as costas atlânticas das Canárias. Por isso os barcos espanhóis e portugueses eram os mais avançados da época, da

mesma maneira que a cartografia e as cartas náuticas.

Assim, os progressos técnicos, o apoio da burguesia concedido aos reis e o florescimento do espírito de cruzada (D. Henrique, o Navegador, desejava propagar a fé de Cristo) conjugaram-se para impulsionar a conquista do Atlântico africano. Em relação à Espanha, assinalamos as mesmas motivações, esclarecendo que, uma vez concluída a guerra contra os mouros, o espírito de cruzada canalizou-se para a aventura oceânica.

Não só a situação interna da Península Ibérica como também a situação internacional favoreceram a empresa expansionista, tanto do ponto de vista da busca de prestígio, como da situação econômico-comercial.

A conquista da América realizou-se em etapas que satisfaziam os objetivos espanhóis, segundo o exposto anteriormente. Estes eram:

- a) Os estabelecimentos nas Antilhas, que proporcionaram os produtos alimentícios suficientes para melhorar a situação interna e, além disso, para iniciar um comércio mais ou menos fluido com o resto da Europa.
- b) A partir de 1500 outro objetivo somou-se ao primeiro: a exploração do continente que alimentou a febre do ouro.

1. RENOUVIN, Pierre. *História de las Relaciones Internacionales* T. I. p. 281, Ed. Aguilar, Madrid, 1967.

2. Idem, p. 275.

Nasceu assim a lenda do "El Dorado".

- c) O descobrimento de Vasco Nuñez de Balboa – o Oceano Pacífico – despertou o desejo de encontrar a passagem entre os dois oceanos, o que se concretizou em 1520, com a descoberta do Estreito de Magalhães.

Nesta terceira entrou no cenário a história do Atlântico Sul. A partir de então, o triângulo geopolítico assinalado por Terezinha de Castro³ começa a desempenhar um papel importante: África – Europa – América, atuando em conexão no Oceano Atlântico.

Que aconteceu com a zona atualmente conhecida como Atlântico Sul? Tal como assinala a geopolítica brasileira, o intercâmbio triangular realizava-se nos seguintes termos: mão-de-obra africana para a América, matérias-primas americanas para a Europa e produtos elaborados europeus para a América. (V. Fig. 1.)

Nasceu aí a característica que marca a diferença na história entre as duas margens do Atlântico Sul. A Espanha não percebeu a importância de controlar os espaços marítimos quando evocou para si a tarefa de conquistar e colonizar o território americano. Portugal, por sua vez, estabeleceu feitorias ao largo das costas africanas, mas não se preocupou com a colonização e sim com a conquista de bens e mão-de-obra

econômica. Para consegui-lo, era necessário o domínio do mar, o que o levou à aliança com a Inglaterra.

O resultado desta dupla visão geopolítica do Atlântico Sul, por Espanha e Portugal, foi que o litoral do continente sul-americano perdeu a importância em relação aos objetivos políticos, econômicos e estratégicos do século XVIII. Isso já não aconteceu com o Atlântico sul-africano, que foi intensamente explorado e substituiu sua antiga rota para o Oriente.

Embora as matérias-primas americanas representassem um papel destacado para a economia e o comércio europeus, o interesse maior foi absorvido pela afluência de metais preciosos – ouro e prata.⁴ Por isso, não diminuiu o comércio com o Oriente, que se realizava pela rota do Cabo.

Indubitavelmente o Atlântico Sul, na rota do Cabo, demonstrou a importância geopolítica do ponto de vista estratégico, quer dizer, como ponto de união bioceânica. Infelizmente a visão espanhola subestimou o valor geopolítico do Estreito de Magalhães, porque os objetivos imediatos tinham sido atingidos: os metais preciosos, que lhe abriam as portas do comércio europeu; o poder internacional, resultado da grande extensão de seus domínios, e o prestígio da obra evangelizadora.

3. de CASTRO, Terezinha. *O Atlântico: seus Imperativos Geopolíticos e Geoestratégicos*. Cfr: Geopolítica e Relações Internacionais. Ed Pleamar Bs. As., 1981, pp. 41-71.

4. LACOMBA, J. A. e outros – *História Contemporânea*. T. I. Madri.

Além disso, não esqueçamos que a Espanha, apesar de seu grande império colonial, não desenvolveu uma política marítima e, sim, continentalista. É suficiente recordar, como exemplo, a política da "Unidade Cristã" dos Áustrias Maiores (reis pertencentes à Casa da Áustria) ou os frustrados intentos dos Bourbons sobre reivindicações territoriais na Europa. Acresce ainda que o Estreito de Magalhães não foi utilizado porque, apesar de sua categoria jurídica de Reino das Índias, sob o ponto de vista da política econômica, a América ainda era uma colônia. Isto significa que todo intercâmbio comercial devia concretizar-se entre a colônia e a metrópole, e não entre as colônias.

Esta situação não nos deve surpreender, pois, ainda na atualidade, pelo Estreito de Magalhães só "passam anualmente dois mil navios, enquanto que pelo sul da África (Cabo da Boa Esperança) passam mais de vinte mil". "É também interessante saber que, desses vinte mil, muito poucos vêm para a América Latina; eles vão ou vêm para o Atlântico Norte, Estados Unidos e comunidade econômica europeia"⁵ Por tudo isso, o triângulo geopolítico a que fizemos referência perdura através do tempo.

SÉCULO XVIII

Para a Comunidade Internacional do século XVIII, o Atlântico

Sul desempenhou um papel importante, sob o ponto de vista comercial, mas apenas na rota do Cabo. O Atlântico Sul ocidental, monopolizado pela Espanha, foi escassamente transitado, porque a metrópole estava satisfeita com os benefícios obtidos na região que hoje conhecemos como Atlântico Norte.

Seus esforços para fortalecer sua presença não foram além dos vice-reinados estabelecidos no século XVI - México e Peru - e mesmo a urgência de elevar a cidade de Buenos Aires à categoria de capital não nasceu da necessidade de deferir a região austral, mas para que atuasse como um muro de contenção aos interesses ingleses e portugueses, e na defesa da região da Bacia do Prata.

A decadência espanhola do século XVIII também se manifestou na política internacional. Em primeiro lugar, a Espanha não compreendeu o novo jogo das relações internacionais, que não se desenvolvia mais no plano do prestígio derivado do valor, como explicamos, e sim do poder como consequência da expansão territorial marítima, "... já que os interesses econômicos, então, pesavam mais do que os puramente políticos..."⁶

Em segundo lugar, porque não valorizou os novos rivais com quem devia, no futuro, enfrentar-se para controlar a política do equilíbrio: Inglaterra e Prússia. A

5. LEAL, Jorge. Gr. Br. (R) *Antararmérica. Nuevo Concepto Geopolítico Latinoamericano y la Antártica Sudamericana*. Cfr: revista *Sintomas*. Bs. As., Agosto, 1984.

6. RENOUVIN. Ob. cit., p. 725.

Inglaterra afirmou seu poder internacional pela expansão marítima e pela política econômica do livre comércio. A Prússia, por sua vez, no continentalismo e no poder militar.

Em terceiro lugar, a Comunidade Internacional tinha crescido, com a participação dos atores mencionados e de outros, como a Rússia, com capacidade de negociação para alterar a ordem internacional.

A Espanha e a França lutaram unidas (Pactos de Família) tentando várias políticas para frear os novos rivais, ou, pelo menos, para não ter a mesma sorte de alguns Estados pequenos, a exemplo de Portugal, subordinado à Inglaterra. A principal vítima dessa política internacional espanhola foi a América e, em grau maior, a região do Atlântico Sul.

Para os interesses do Atlântico Sul, a principal inimiga foi a Inglaterra, que se dedicou a consolidar as posições adquiridas e, sobretudo, a aumentar a expansão para oeste, nas passagens que comunicavam com a América.

"A partir de 1760, a Inglaterra se adiantou muito em relação ao continente e esta vantagem teve agora enormes proporções. Capitais abundantes, desejo geral de investi-los e de obter um grande lucro, ativa circulação pela rede de bancos locais, afluência de es-

coceses e irlandeses, abundância de espíritos engenhosos que buscavam o aperfeiçoamento técnico, cooperando com os mestres da ciência, atividade intelectual dos dissidentes, os tesouros do carvão de pedra e de ultramar foram alguns dos muitos fatores que explicam a chegada da Grã-Bretanha ao ponto em que vencia os maiores obstáculos, tais como dificuldade para a exploração das minas, falta de combustível, carência de ferro bruto e escassez de fio. A produção capitalista podia lançar-se à tarefa..."⁷

Tal como expõe Pierre Renouvin, todas as variáveis conjugaram-se para que a Inglaterra não tivesse obstáculos em sua política expansionista e assim chegou ao Atlântico sul-americano. A guerra entre a Espanha e a Inglaterra, em meados do século XVIII, revelou o alto valor estratégico do Estreito de Magalhães, da Passagem de Drake e, certamente, das Ilhas Malvinas, no caminho para o Pacífico. O Primeiro Lorde do Almirantado, Egmond, assinalou, no momento do estabelecimento da Inglaterra nas Malvinas, a sua importância para "controlar os portos e o comércio do Chile, Peru, Panamá, Acapulco e, em uma palavra, todos os territórios espanhóis situados nesse mar".⁸ As circunstâncias históricas, porém, não permitiram a permanência inglesa_z nas ilhas.

7. RENOUVIN. *Ob. cit.*, p. 799.

8. MILIA, Juan G. *La usurpación de las Malvinas, islas australes y Antártida en el contexto de la penetración británica en el Atlántico Sur*. Cfr: *Boletín de Estudios Geográficos*. Vol. XXI. Enero-Junio 1982. N° 80. Un.C.

Pelo Tratado de 1771 tiveram que abandoná-las.

Assinalamos os novos atores internacionais e destacamos a ascensão da Inglaterra e a decadência da Espanha. Devemos buscar agora as raízes do poder. Não ficaram alheios a esta situação os progressos científicos e sua possível aplicação nos progressos técnicos. Estas inovações afetaram desde as formas de produção até as teorias políticas, passando pela reestruturação social.

A sociedade perdeu o caráter agrário, para transformar-se em uma sociedade comercial e industrial, em face do caráter da economia industrial e financeira. Em relação às mudanças na sociedade, quanto à reestruturação e ao reagrupamento, recordemos que a burguesia passou a ser o setor dirigente, já que controlava as novas atividades econômicas, a indústria, o comércio, as finanças, as profissões, isto é, o mundo da produção e do estudo. Além disso, do ponto de vista do poder, tornou-se a classe ascendente, já que paulatinamente logrou os altos cargos públicos.

A sociedade burguesa e a atividade industrial necessitaram de um Estado liberal, de base capitalista, para o desenvolvimento da produção, do comércio e de uma sociedade competitiva em expansão, em um marco de liberdade econômica. Conseqüentemente produziu-se uma redistribuição do sistema de poder e da influência dos principais Estados europeus na Ordem Internacional.

A efetividade do poder dependia da expansão colonial, da acumulação de capitais, disponibilidade de matérias-primas e obtenção de mercados. Isto desembocou em uma rivalidade entre os principais países da época, visando o domínio dos mares, dos recursos, das colônias e dos mercados. A competição entre as nações dominantes chegou ao Atlântico Sul, sendo que a Inglaterra, que estava em melhores condições, não conseguiu a ocupação efetiva, e sim os mercados e matérias-primas das duas margens.

Assim o Atlântico Sul, durante o período de conquista e colonização, foi explorado como rota comercial; além disso, no período de expansão industrial foi valorizado como rota estratégica.

SÉCULO XIX

À medida que nos aproximamos no tempo, os acontecimentos históricos vão se sucedendo com maior rapidez, tornando-se difícil para nós estabelecer características uniformes que abarquem a totalidade do século, como pudemos fazer, mais ou menos, nos casos precedentes. Por isso dividimos o século XIX em três etapas, a primeira marcada pelas guerras napoleônicas, a segunda pelos confrontos entre liberais e absolutistas e a última pelo triunfo da democracia, do capitalismo, desenvolvimento industrial e início da expansão colonialista e imperialista.

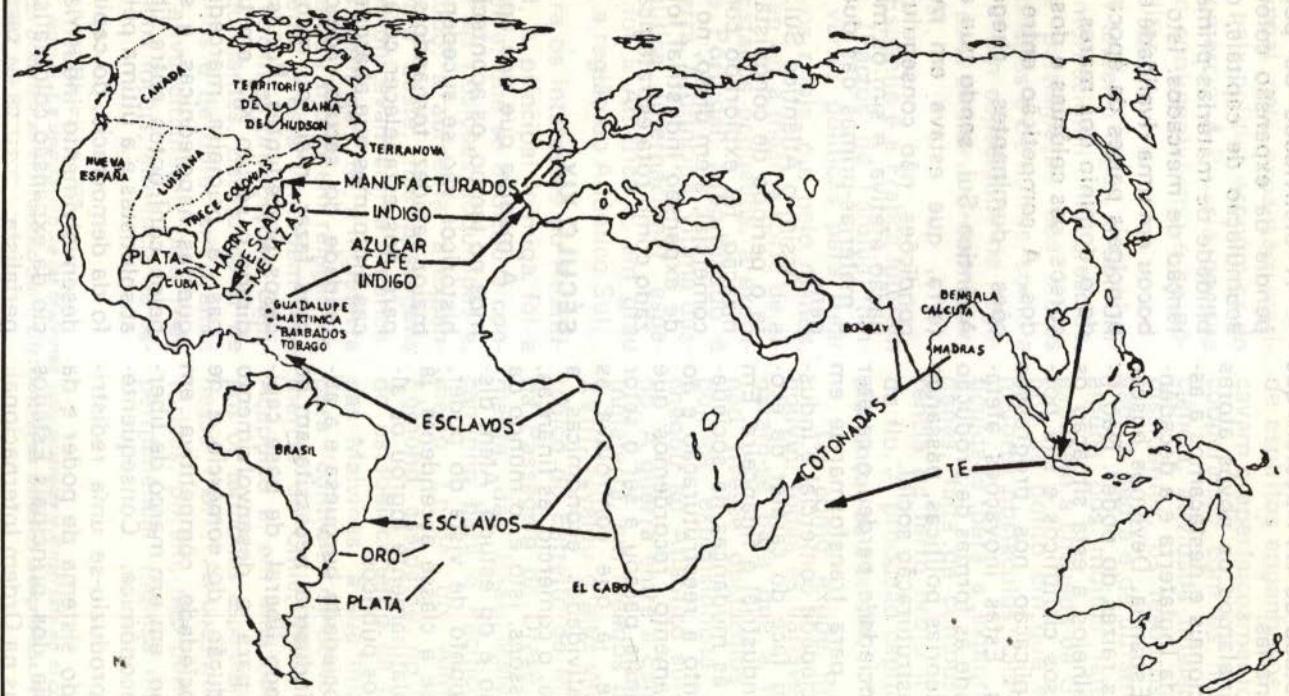


Figura 1. Tráfico triangular. (De LACOMBA, História Contemporânea, T.I., p. 24.)

O relativo equilíbrio do poder do século anterior foi quebrado pela Revolução Francesa e, sobre tudo, pela política imperialista de Napoleão. A Comunidade Internacional foi hostilizada, tanto na Ordem como no Sistema. As novas regras do jogo que regularam as relações entre os atores foram impostas pela França. Além disso, a política imperial tendeu à unificação dos Estados. O imperador francês não apenas fez oscilar a comunidade européia, como também os atores em suas estruturas internas: sistemas político e econômico. Fala-se, por isso, de uma guerra política e econômica.

Indubitavelmente Napoleão dirigiu os fios da vida internacional, baseando-se em três princípios: unidade, continuidade e dualidade.⁹ Unidade política na Europa, continuidade da prepoderância francesa e dualidade com a Rússia, permitindo a sobrevivência do Império dos Czares, pelo menos no princípio de seu governo.

A mais prejudicada por estes planos franceses foi a Inglaterra, porque, como já indicamos, o poder dos atores baseava-se fundamentalmente na capacidade econômica. A Inglaterra para sobreviver – com poder – necessitava: 1) da pluralidade de Estados, 2) controle das rotas marítimas, 3) livre comércio, 4) supremacia industrial. Destes pulmões vitais para o desenvolvimento inglês, depois de Trafalgar (1805) só

permaneceu intacto o segundo. Conclui-se que a guerra franco-britânica foi mais uma guerra econômica, causada pelo bloqueio marítimo e continental.

A Real Armada dominava os mares e os produtos tropicais provenientes das colônias que estavam à disposição do consumo; a indústria e o comércio já eram dominados pela Inglaterra. Aí eram processados os produtos coloniais, que precisavam encontrar mercado, pois o bloqueio tinha fechado. Por isso a Grã-Bretanha lançou-se em busca de novos intercâmbios. Sem êxito, apresentou-se nos portos espanhóis do Atlântico Sul, Buenos Aires e Montevidéu, mas fracassou nesse objetivo, e teve avivado seu antigo desejo de completar a política dos estreitos e o esquema geopolítico marítimo, que se apoiava nas ilhas de Ascensão, Santa Helena, Tristão da Cunha, com o controle do Estreito de Magalhães e das Ilhas Malvinas. As circunstâncias históricas postergaram este objetivo até 1833.

O comércio dos países latino-americanos era controlado pela Grã-Bretanha. O Brasil, por sua parte, herdou de Portugal o papel de aliado indiscutível. O Uruguai, separado do Rio da Prata em 1828, abriu o porto à Inglaterra. A Argentina tinha firmado o Tratado de Paz, Amizade e Comércio. Restavam ainda, sem incorporar-se, os países da Costa do Pacífico recentemente iniciados na vida

9. PAVON e outros. *História Contemporânea General*. Ed. Labor, Barcelona, 1970, p. 112.

independente: Chile (1818), Bolívia (1824), Peru (1821), Colômbia (1821), Venezuela (1821). A Grã-Bretanha não toleraria que a vencessem na conquista destes mercados. Por isso, antes que os Estados Unidos afiançassem a doutrina Monroe, ou tentassem novamente a ocupação do arquipélago das Malvinas (1831), ou o governo de Buenos Aires reorganizasse o governo do Atlântico Sul, tomaram as ilhas em 1833. Ação altamente rentável, porque seu estabelecimento aí serviu para controlar a rota do Pacífico, assim como os barcos pesqueiros e os caçadores de baleias do mar antártico.

A terceira etapa assinalada por nós, a partir de 1870, representou o apogeu da civilização europeia, que chegou à sua melhor expressão e ao predomínio mundial. "Começa uma nova fase da História Contemporânea, que tem seu fundamento nas forças histórico-genéticas que atuam durante este período do século XIX e se desenvolvem durante o século XX e que foram enumeradas por J. R. de Salis:

- a) as forças nacionais criadoras de Estados;
- b) a força da democracia, transformadora da ordem jurídica e política, e da estrutura social;
- c) a força da economia capitalista, produtora de bens, junto com a técnica e o sistema industrial;
- d) a força revolucionária das massas assalariadas, organizadas sindical e politicamente,

junto com a doutrina socialista;

- e) a força expansiva do imperialismo em relação aos modernos meios de transporte, ao tráfico marítimo e à economia de dimensões mundiais; e
- f) as forças político-morais da humanidade moderna, que aspira à liberdade dos indivíduos e dos povos, ao bem-estar social e à solução pacífica dos conflitos internacionais."

Os pontos expostos, sem dar lugar a dúvidas, incidiram no desenvolvimento histórico do Atlântico Sul.

Com respeito às forças nacionais criadoras dos Estados, fazemos a ressalva de que, assim como o nacionalismo dos séculos XV e XVI facilitou o nascimento dos atuais Estados europeus, porque garantiu a unidade nacional, o nacionalismo do século XIX fez surgir novos Estados europeus e não-europeus; principalmente, porém, ele levou além de suas fronteiras as nacionalidades individuais. As "Potências Maiores" viram renascer o espírito messiânico e, portanto, a necessidade de expandir os princípios políticos, econômicos e religiosos do continente europeu.

Por um lado o nacionalismo e, por outro, o sistema industrial, isto é, a nova ordem econômica, alimentaram a força expansiva; os novos meios de comunicação facilitaram a presença européia na África e na Ásia, através do colonialismo. Os capitais excedentes, obtidos nas colônias, foram mul-

tipicados pelas inversões feitas nos países americanos. O tráfico triangular manteve-se estendendo a civilização européia por todo o mundo.

Que se passou com o Atlântico Sul? Antes de responder, devemos ter em conta que as "Potências Maiores", como as chamamos, eram a Inglaterra e a França e, nos fins do século, a Alemanha.

A Grã-Bretanha era indubitablemente a dona dos mares; e através dos mares pôde consolidar o Grande Império e sua influência direta ou indireta esteve repartida por todos os continentes. O Atlântico Sul não lhe causava conflitos; os pontos terminais do litoral americano – Buenos Aires, Montevideu, Rio de Janeiro – através de concessões ou empréstimos (neocapitalismo) estavam controlados pela Inglaterra. O Atlântico africano partilhava-o com Portugal, que, de nenhum modo, representava um inimigo.

As forças políticas, econômicas e expansionistas produziram, em função da relação de forças, uma nova divisão do poder, a nível mundial, entre as "Potências Maiores".

SÉCULO XX

O multipolarismo dos séculos anteriores pôde-se manter graças ao esforço das potências mais

importantes, que impediram por todos os meios a preponderância de alguma delas. Embora seja necessário reconhecer que o desenvolvimento econômico dividiu-as em dois planos, "...Cerca de 1870, com as unificações centro-europeias e o prevalecimento do imperialismo, impôs-se um conceito novo: o de grande potência, reservado outra vez a uma minoria de nações muito fortes e muito influentes, e que permitiu separar em dois planos distintos – em uma convenção tácita, porém universalmente reconhecida – países como a Alemanha, França, Grã-Bretanha ou Rússia de outros como Espanha, Rumânia, Turquia etc..."¹⁰

A partir daí as grandes potências começaram a lutar pela preponderância política, respaldada no desenvolvimento econômico obtido, nos últimos anos, graças a medidas políticas, como o imperialismo e o colonialismo, o protecionismo e as inversões no desenvolvimento industrial. Apareceu um novo ator geopolítico – a Potência – porque o prestígio internacional passou a basear-se no fator político-econômico e na consequente capacidade para decidir na política internacional. Esta luta criou um clima de tensão, ao qual se juntaram as frustrações próprias da época (que a guerra franco-prussiana não解决ou) pela divisão da África ou pela falta de estabilidade política dos Bálcãs e, sobretudo, pela ri-

10. PAVON e outros *Ob. cit.*, p. 112.

validade econômica entre a Alemanha e a Grã-Bretanha na conquista de novos mercados. As negociações diplomáticas empenhavam-se em conseguir aliados, processo que, finalmente, dividiu a Europa em dois blocos antagônicos, tudo para impedir a hegemonia de uma das grandes potências.

As frustrações provocadas pela competição econômica e a luta pelo poder derivaram na Primeira e na Segunda Guerras Mundiais. Ambas tiveram por cenário principal o continente. Na primeira contenda, a guerra marítima teve sua principal expressão na guerra submarina. O objetivo da marinha alemã era dificultar o abastecimento dos aliados, proveniente das colônias ou dos países neutros, como a Argentina.

Se a guerra marítima não foi decisiva para o desenlace final, o Atlântico Sul, portanto, também não o foi. Devemos destacar, todavia, que a Inglaterra não se descuidou das bases que protegiam os estreitos bioceânicos e recordemos que a batalha das "Malvinas", embora não fosse definitiva, significou o começo da destruição da armada alemã.

Na Primeira Guerra Mundial, a marinha não teve um papel decisivo no resultado final, porque não foi um apoio logístico das ações terrestres.

Pelo contrário, na Segunda Guerra Mundial, a marinha desempenhou um papel decisivo de apoio às ações terrestres e aé-

reas. O domínio do mar pelos Aliados decidiu o resultado final.

O objetivo do Alto Comando Naval Alemão era estrangular as artérias marítimas vitais da Grã-Bretanha,¹¹ evitando o aprovisionamento vindo das colônias ou países neutros. Em relação às ações desenvolvidas no Atlântico Sul, não podemos rotulá-las como políticas ou militares, senão como próprias da guerra econômica.

Um importante ator desta estratégia naval foi o couraçado de bolso *Graf Spee* e a zona de ação que atualmente conhecemos como rota do petróleo. A maioria dos encontros tiveram lugar na região sul-africana, porque era a mais percorrida pela marinha mercante inglesa.

Os Aliados, como resposta, começaram nesta região a guerra comercial: a Armada Real enviou cruzadores pesados para proteger o tráfico marítimo britânico, desde Pernambuco até o Rio da Prata, e em nenhum momento desejou-se de sua base nas Malvinas.

O PÓS-GUERRA

O final da Segunda Guerra Mundial assinalou o começo de uma nova época histórica que chega até nossos dias. A situação mundial experimentou mudanças profundas, tanto nas ideologias e nos sistemas político-econômicos, quanto na ordem cultural. A economia conheceu uma nova "ex-

11. DE LA SIERRA, Luis. *La guerra naval en el Atlântico*. Barcelona, 1974.

plosão" depois do reordenamento industrial, mercantil e financeiro do pós-guerra, estimulado pelos progressos trazidos pelo desenvolvimento da técnica, da eletrônica, da automatização, da energia atômica e da investigação espacial. A concentração econômica deu maior poder ao capitalismo financeiro e às multinacionais, à divisão internacional do trabalho e à diferença entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Em política, derrotados e desaparecidos praticamente todos os sistemas fascistas, prevaleceram ou fortaleceram-se os sistemas políticos próximos da democracia ou do comunismo.

A consequência das guerras mundiais mais importantes para a Comunidade Internacional foi a modificação do sistema internacional de multipolar a bipolar. Desde aí até nossos dias, a estrutura não sofreu variações, porém sim a ordem que, em uma ação pendular, flutuou de rígida a flexível, para retomar, nos últimos anos, a primeira posição.¹²

O mundo do pós-guerra foi governado por cada uma das superpotências, em seu âmbito respectivo, estabelecendo-se um equilíbrio emanado do comportamento esperado, tanto de uma como da outra. Cada uma ambicionava estender sua zona de segurança e defender o sistema que

representava. O mundo embarcou no conflito Leste-Oeste.

As relações entre ambas evoluem da guerra fria à coexistência pacífica, produzindo-se os conflitos em nível de guerras localizadas e controladas. Desde 1963, paulatinamente, foi-se impondo uma política de distensão que culminou na Conferência de Helsinki em 1975.

Apesar da distensão política, econômica e militar, havia "equilíbrio"¹³ internacional baseado na rigidez das relações entre a superpotência e os seus aliados, ou entre a superpotência e os países-satélites. Tal rigidez foi possível porque ainda havia confiança em ambos os sistemas, na democracia liberal e na sociedade comunista.

O Atlântico Sul não estava, especificamente, entre as zonas prioritárias de segurança para os Estados Unidos. Eram-no o Atlântico Norte e, daí, a OTAN e a Europa Ocidental e, consequentemente, surgiu o Plano Marshall.

Não ocorreu o mesmo com a estratégia da URSS, que não abandonou a política dos estreitos, insinuando-se para a rota do Cabo. A doutrina Gorshkov teve como objetivo final cercar a Europa, controlando, ao sul, o Mediterrâneo, o Índico e o Atlântico Sul em suas passagens vitais: Suez, Bab-el-Mandeb, Canal de

12. DALLANEGRA PEDRAZA, Luis. *La Problemática del Orden*. Cfr: *Geopolítica y Relaciones Internacionales*. Bs. As., 1981, pp. 1-36.

13. KAPLAN, Norton. *Sistema y Proceso de la Política Internacional*. Cfr: HOFFMAN, Stanley. *Teorías Contemporáneas sobre Relaciones Internacionales*, Ed. Tecnos, Madrid, 1963.

Moçambique, o Cabo. Não nos esqueçamos de que a URSS adotou a "geopolítica dos pequenos passos".¹⁴ Assim, aos poucos, a presença soviética não se fez esperar, garantindo-se na década de 70, com a política da distensão.

Quando o Ocidente tomou consciência do valor geopolítico do Atlântico Sul? Por causa do colapso provocado pela OPEP em 1973. A crise energética de 1973 demonstrou a dependência do mundo industrializado em relação ao petróleo do Oriente Médio, que lhe chegava através da rota do Cabo, costeando os Estados africanos, recém-liberados.

A estratégia do Ocidente não havia previsto a geopolítica dos espaços vazios empreendida pela URSS e, assim, a presença e a expansão soviética sobre o Atlântico completou-se com a independência de Angola e a inclinação dos novos Estados africanos para o grupo dos não-alinhados. Em parte esta vantagem geopolítica da URSS deveu-se à interpretação dada por cada uma das superpotências à política da distensão. "Para a doutrina oficial soviética, a coexistência pacífica não pressupõe alteração alguma dos esforços para impor universalmente o sistema comunista. (...) Não implica também o fim das guerras locais, nem o cessamento das lutas ideológicas, pois os dirigentes soviéticos sustentaram

invariavelmente que não pode haver coexistência pacífica quando se trata dos processos internos da luta de classes e de libertação nacional nos países capitalistas ou nas colônias".¹⁵

Enquanto os Estados Unidos buscavam "a criação de uma rede de interesses compartilhados que desse estabilidade à relação bilateral e na qual o progresso obtido em uma área de negociação desse impulso ao avanço em outras",¹⁶ a URSS procurava evitar o confronto direto ganhando aliados. E, como resultado de sua interpretação da distensão, a URSS avançou no Atlântico Sul e não abandonou a geopolítica dos estreitos e a rota do Cabo, prosseguindo com a decisão de avançar sempre para o sul: Afeganistão, Iêmen do Sul, Namíbia.

O Ocidente decidiu opor-se à presença soviética no Atlântico Sul, como o prova a Guerra das Malvinas e, posteriormente, amparando-se no Cap. I, Art. 32, da Carta Moral do Tratado do Atlântico Norte: "A OTAN não deve esquecer-se de que a influência dos interesses de seus membros não se limita unicamente à zona de aplicação do Tratado e que acontecimentos externos a essa zona afetam gravemente os interesses coletivos da comunidade atlântica".

Por causa da geopolítica dos espaços vazios, a URSS, durante

14. de CASTRO, Terezinha. *Ob. cit.*, p. 53.

15. RUBIO, Enrique. *La Era de la Detente. La distensión Internacional en la Década del 70*. Bs. As. 1981, pp. 15-16.

16. *Idem*, pp. 43-58.

o período da distensão, obteve posições estratégicas de alto valor no conflito Leste-Oeste, e a geopolítica da OTAN, ideada pelos Estados Unidos, para balançar a preponderância soviética não pôde entrar nas principais zonas de tensão, sem provocar algum confronto direto; por isso deve empreender um caminho elítico e, assim, o Atlântico Sul, na década de 80, é o principal eixo geopolítico da rivalidade Leste-Oeste.

A nosso entender é zona de tensão geopolítica:

1 - Porque será campo inevitável onde as superpotências tratarão de obter vantagens na relação de força a nível global.

"Assim o Sul será reconhecido pelo Norte como um campo estratégico de manobras e operações em cuja 'arena' competirão as superpotências com o afã de obter vantagens na relação de forças a nível global. Se durante anos a ênfase nestas regiões esteve centrada nos temas econômicos, inicia-se agora o ciclo da diplomacia político-militar que, entre outras razões, deteriora – ainda mais – a unidade do mundo em desenvolvimento. (v.g. os conflitos que se registram na América Central e na África). Por último, não podemos deixar de mencionar que, partindo da perspectiva Leste-Oeste, o mundo resul-

tante caminha nas linhas das verticais, isto é, que a tolerância do sistema internacional diminuiu, deteriorando-se a liberdade de manobra dos países em desenvolvimento e dos próprios sócios desenvolvidos das superpotências".¹⁷

2 - Por seu valor como rota comercial e para o uso de forças militares: ar e água.

3 - Para a projeção política em relação a determinadas áreas terrestres. A Rússia, partindo de Angola, opera para o interior do continente; a Inglaterra, a partir das Malvinas, pressiona sobre a rota para o Pacífico e Antártica.

4 - Pelos recursos naturais, conglomerados polimetálicos, petróleo, alimentos e, particularmente, os protéicos (krill).

5 - Porque é uma região vulnerável a problemas: "... justapõem-se a incógnita da Antártica, a infantilidade da África e a adolescência da América".

6 - Pela característica da atual Comunidade Internacional.

A década de 80 inaugurou-se com um renovado vigor da dialética Leste-Oeste em face da debilidade de ambos para impor uma "ordem" internacional, da atitude neobeligerante¹⁸ da política exterior de Reagan e da geopolítica

17. de CASTRO, Terezinha. *Ob. cit.*, pp. 57-59.

18. JAGUARIBE, Hélio. *La Política Internacional de los años 80*. Bs. As. 1982.

expansionista da URSS. Resulta do que foi dito que as características que se destacam no atual sistema internacional são o desequilíbrio e uma renovação da guerra fria.

A ativação da guerra fria deve-se, por um lado, à atitude de ambos os "impérios", que não têm poder suficiente para impor um equilíbrio, por causa da capacidade negociadora dos Estados industrializados, os quais, por sua vez, ambicionam estabelecer um multipolarismo.

Além disso, entram em jogo outros atores internacionais com poder para frear as decisões das superpotências e das grandes potências, e impor suas próprias regras, criando uma lei mercantil, isto é, um direito não estatal, elaborado por empresas multinacionais, para regular suas relações sem interferência de lei interna ou internacional.¹⁹

Em menor escala interferem nesta ordem os países do Terceiro Mundo, cujo poder deriva da posse dos recursos naturais e, sobretudo, como "...mercado que absorve 35% das exportações dos Estados Unidos, 44% do Japão, 20% do Mercado Comum Europeu".²⁰

A falta de estabilidade do sistema internacional deve-se fundamentalmente à cisão entre ordem e poder; as superpotências

não querem modificar o bipolarismo, e os países industrializados, baseados na política de tensão, desejam impor um multipolarismo.

A fragilidade de ambos os impérios, devido à falta de vigor das respectivas doutrinas – comunismo e consumismo – provocou um reforço na ação estratégico-militar, com as consequências próprias desta política: imperialismo e neocolonialismo, corrida armamentista ("guerra nas estrelas") e, certamente, a guerra fria.

Em parte, esta política deveu-se a uma visão militar da problemática mundial, porque, embora a dissuasão até o presente tenha evitado o confronto direto, atualmente a nova estratégia está orientada precisamente para este caso; chegado o momento, ataque-surpresa e resposta antecipada do contragolpe. Impelidos por "...a vulnerabilidade dos abrigos, a vulnerabilidade dos sistemas oferecem um atrativo mais poderoso para iniciar um ataque antes que sofram as consequências. (...) Seja qual for a política de segurança nacional declarada em tempo de paz, este atrativo exerce sobre os responsáveis militares, tanto nos Estados Unidos como na União Soviética, pressões potencialmente esmagadoras..."²¹ Por sua vez, através da

19. *Idem*, p. 300.

20. STEINBRVNER, John. *Respuesta precoz de contragolpe*. Cfr: *Scientific American*. Marzo, 1984, p. 16.

21. GARASINO, Alberto. Da obra *Siempre listo para la Patria, del Mariscal de la URSS, Nicolai V. Ogarkov*. Cfr: *Revista Argentina de Estudios Estratégicos*. Año nº 1 Julio — Agosto — Septiembre, 1984, p. 132.

obra do Marechal Nicolai V. Ogarkou, conhece-se que a estratégia soviética também está dirigida para o confronto e até, talvez, a "uma guerra nuclear imaginável, com todas as implicações que isso sugere".²²

As variáveis imediatamente observadas sugerem que os padrões da atual interação dos principais atores internacionais são os termos do confronto entre os dois países, talvez com maior vigor do que no período da chamada "guerra fria".

Até o momento atual, estes termos manifestam-se, por um lado, na corrida armamentista, nas relações de maior rigidez (ou subordinação?) entre os Estados alinhados e, por outro lado, no estabelecimento de novos vínculos.

Que táticas são executadas para concretizar esta estratégia político-militar? Arriscando equivocar-nos, podemos enumerar a influência exercida pelos Estados Unidos da América, através das pressões bancárias, sobre seus devedores e, talvez também, na sustentação dos governos neoconservadores. O problema surge quando se trata de perceber a tática empregada na "conquista" de novos aliados. Estimamos que, para isso, vale-se do imperialismo moral, "como um intento de norte-americizar o mundo, exportando as instituições e modelos

de comportamento político (econômico) norte-americano".²³

Por que este imperialismo moral? Porque crêem que seu sistema é o melhor e, portanto, devem exportar seus princípios. Daí a pretensão de legitimidade quando interferem em outros Estados, porque a situação das instituições políticas e econômicas, a seu modo de ver, o exige.

Por sua vez, a União Soviética não fica atrás na adoção de práticas adequadas, exportando o modelo revolucionário para a libertação, assessorando militarmente ou vendendo armas para a referida causa.

É evidente que as relações da política internacional estão marcadas pelo conflito Leste-Oeste. Devemos questionar-nos sobre a situação geopolítica do Atlântico Sul, para enfrentar esta vertical da política internacional. Primeiro, devemos considerar como era vista esta região durante a guerra fria do pós-guerra. Pensemos na África, incorporada politicamente e economicamente à órbita ocidental, através das metrópoles europeias. Certamente não podemos nos esquecer que tinha começado a gestação dos movimentos da independência.

A América Latina era vista pelos dirigentes soviéticos como uma área de influência dos E.U.A., com pequenas relações interestaduais por causa do com-

22. ESCUDE, Carlos. *La Argentina ?Patria Internacional?* Bs. As. 1984, p. 19

23. SELCHEE, Wayne. *Problemas Estratégicos y la Política Exterior en el Cono Sur*. Cfr: MUÑOZ, H. y TULCHIN y (comp). *Entre la autonomía y la subordinación. Política Exterior de los Países Latinoamericanos*. Grupo Editor Latinoamericano. Bs. As., p. 315.

promisso militar estabelecido em 1947, através do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR).

No chamado período da dissensão, os colonos africanos obtiveram a independência, rompendo o equilíbrio da comunidade internacional, tanto do ponto de vista estratégico-militar, como do político-econômico. Raymond Aron sustentou que o continente africano é cenário do conflito Leste-Oeste. Efetivamente a estratégia soviética penetrou paulatinamente, porém de forma constante, na problemática africana. Por sua vez o Ocidente, depois de quase um século de domínio, não está disposto a abandonar os benefícios econômicos obtidos.

Não é necessário assinalar que os novos Estados africanos caracterizam-se pela falta de estabilidade política, inviabilidade econômica, conflitos sociais e, em alguns casos, tribais.

O começo da atual década encontrou a África silenciada depois da guerra entre a Etiópia e a Somália, o que não significa a solução de seus conflitos. Em relação aos países do Atlântico Sul ocidental, desde 1975, sem dúvida, o subsistema regional do Cone Sul foi crescentemente afetado pela adoção de uma diplomacia de "alta política" de segurança nacional. Com a subversão política derrotada e seu papel político seriamente questionado..."²⁴

Os governos militares, de alguma forma, justificam sua presença, pretextando sérios conflitos com os países vizinhos, isto é, trasladaram para este setor a segurança nacional, criando tensões com os países limítrofes. "A consequência foi uma maior potencialidade de conflito internacional no Cone Sul."²⁵

Se a esta atuação dos governos militares somarmos a inoperância militar do TIAR, claramente demonstrada na Guerra do Atlântico Sul em 1982, ou da OEA em obter uma política americanista, encontramo-nos diante de um continente americano em condições mais ou menos semelhantes às do continente vizinho.

Além disso, a União Soviética desenvolveu uma estratégia especial, destinada à América Latina, independente das orientações políticas de cada governo em particular, privilegiando aspectos das relações bilaterais, segundo seus objetivos.

Consideramos que, para os países banhados pelo Atlântico Sul, mantiveram-se os limites da guerra fria, com variação nos graus das tensões ou zonas de conflitos. Prova isto que a cada política revolucionária sucedeu-se um golpe de Estado, no caso da América Latina (1973 o Chile, 1976 a Argentina), ou uma reversão de alianças, na África.

Por isso, a atual situação internacional para o caso específico

24. *Ibidem*, p. 316.

25. COMITÉ DE SANTA FÉ. *La Política de Reagan para América Latina*. Cfr: *América Latina Siglo XXI*. Bs. As., 1985.

do subsistema Atlântico Sul torna mais fortes as tensões pré-existentes, talvez como um produto do cenário norte-americano, que considera: "A distensão morreu, a sobrevivência exige dos Estados Unidos uma nova política exterior. Os Estados Unidos devem tomar a iniciativa ou morrer." Estamos quase diante da Terceira Guerra Mundial. A União Soviética, agindo com base em sua crescente superioridade nuclear, está estrangulando os países industrializados do Ocidente pela interdição de seus recursos de petróleo e minerais, e está cercando a República Popular da China. (...) Nunca nosso país se encontrou em uma situação tão arriscada em relação a seu flanco sul (...) é hora de tomar a iniciativa.²⁶

Para a atual administração norte-americana, os países do Terceiro Mundo são atacados pelo marxismo, por isso a resposta é "... o aperfeiçoamento de sua posição relativa em todas as esferas de influência".²⁷ Esta versão explica:

- 1 - A política militar da "guerra das galáxias".
- 2 - O apoio à OTAN no conflito do Atlântico Sul (1982).
- 3 - A política de *status quo* na África Austral.
- 4 - As negociações com o Chile para estabelecer

26. *Ibidem*.

27. MONGENTHAU. Cfr: HOFFMAN, Stanley. *Ob. cit.*

uma base na Ilha da Páscoa.

CONCLUSÃO

A análise histórica do Atlântico Sul demonstrou, por um lado, a evolução dos atores em Estados, Potências e Superpotências e, com essa evolução, a complexidade das Relações Internacionais, com o crescimento do número de atores e do espaço geográfico. Praticamente até 1973, a história reduzia-se ao âmbito próprio do Atlântico Norte, e o hemisfério sul era ignorado e poucos fatos ali ocorridos eram contabilizados pelos estadistas do Norte.

A Comunidade Internacional transformou-se fundamentalmente a partir de 1945, afetando não só o sistema, mas também as áreas locais de conflito, que se afastam da Europa ou do Atlântico Norte: Coréia, Vietnam, Angola são alguns exemplos. Assim, em 1973, entra na cena da História o Atlântico Sul, exercendo um papel primordial nas relações globais de forças políticas e estratégicas.

A evolução da Comunidade Internacional evidencia a mobilidade da estratificação; por isso nos questionamos sobre os fatores que apóiam o poder. Morgenthau dá a resposta: "A política

internacional é a política do poder".²⁸ O poder é dado pelo predomínio de certas regras de conduta, como o armamentismo, a diplomacia, a economia de poder, o sistema de alianças, entre outras.

Efetivamente, a política internacional é de poder, porque a política é a realização de ações que precisam do Poder para serem efetivadas. Porém é necessário purificá-lo de falsas apreciações, como a que pressupõe uma violência sistemática que leva irreversivelmente a uma situação de guerra.

Bem, se a política internacional é a política do poder, as relações internacionais serão de conflito ou cooperação ou, em alguns casos, de indiferença, porque o poder abrange várias dimensões; "...possuiria uma quádrupla dimensão: peso, domínio, hierarquia e alcance, sendo a primeira noção intuitiva e a que nos acostumamos a identificar como "poder".

Raymond Aron diz que a política internacional está condicionada pela unidade política ou unidades políticas com capacidade para impor sua vontade fora dos limites de sua soberania. Pode impor-se pela força – guerra, via diplomática, com uma economia coercitiva – ou exercendo a influência, seja política ou econômica. O resultado da política de poder é uma comunidade interna-

cional estratificada e hierarquizada, estabelecendo grandes diferenças entre os Estados-atores e os Estados-subordinados. Porém a referida comunidade possui um dinamismo, produto do poder, que seria mais correto chamar de potencialidade. Em certo grau, a dinâmica da política de poder está intimamente relacionada com as fontes de alimentação deste poder. Assim, nesta breve história do Atlântico Sul, assinalamos como fontes, o prestígio alcançado pela Espanha com a empresa americana, através da conquista, colonização e evangelização; o lugar que a Inglaterra obteve com o domínio do mar, com a política econômica do livre comércio e, principalmente, com o expansionismo político-econômico-territorial.

O ano de 1945 assinalou o começo de uma nova ordem internacional marcada pela supremacia dos Estados Unidos da América, de um lado, e da União Soviética, de outro. Ambos conquistaram a categoria de superpotências, graças ao armamentismo e ao desenvolvimento técnico-industrial, acentuando as diferenças entre os países independentes e os dependentes nestes aspectos.

As atuais interações da política internacional estabelecem-se em várias dimensões. Em primeiro lugar, o conflito Leste-Oeste e, ao mesmo tempo, a dimensão conflitiva Norte-Sul, gerada nas

28. DEUTSCH, Karl. *El Análisis de las Relaciones Internacionales*. Ed. Paidós. Bs. As. 1974, p. 40.

décadas de 60 e 70. Dentro destas dimensões existem as próprias relações conflito-diálogo: Leste-Leste, Oeste-Oeste, Norte-Norte, Sul-Sul. Todas elas incidem no Atlântico Sul.

- 1) *Leste-Oeste* – Como já assinalamos, a política dura de Reagan renovou a guerra fria, cujos termos são o armamentismo, a renovação de alianças e o confronto indireto.
- 2) *Norte-Sul* – Sendo uma das bases do poder o desenvolvimento industrial, os países do Norte procuraram manter a atual divisão internacional do trabalho.
- 3) *Leste-Leste; Oeste-Oeste* – As relações diálogo-conflito nesta

dimensão significam a diminuição do poder de ambas as superpotências para impor a "sua ordem".

- 4) *Sul-Sul* – Os países em desenvolvimento buscam romper o esquema político-econômico-estratégico imposto pelo Norte e pelas superpotências, procurando estabelecer contatos Sul-Sul.

As múltiplas dimensões das atuais Relações Internacionais adquirem significado especial quando se trata do Atlântico Sul, reserva de materiais estratégicos e alimentícios e rota interoceânica, rodeada por Estados sob sua influência.

Profª MARIA CECÍLIA AGUIRRE – Licenciada em História pela Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Internacional de Cuyo. Fez os cursos correspondentes ao Doutorado em História e de Especialização em História Contemporânea na Universidade Complutense de Madri. Obteve bolsa de estudo do Conicet e trabalha como ajudante de investigação na cátedra de Política Internacional, na Faculdade de Ciências Políticas da UNC.